

Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Guadalupe
- Área de Segurança Nacional -

Lei 11255, de 15 de Dezembro de 1977.

Estima a Receita e Despesa para o exercício de 1978 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guadalupe, Estado do Piauí,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Guadalupe para o exercício financeiro de 1978, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, que estima a Receita em R\$ 5.880,000 (cinco milhões, oitocentos e oitenta mil cruzeiros) e despesa em igual quantia.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação dos tributos, suprimentos de fundos e outras fontes de renda, na forma de legislação em vigor (anexo I) e das especificações constantes do anexo II e seus subanexos, de acordo com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes
Receitas Tributárias

R\$ 2.061.200
R\$ 109.200

Receitas Patrimoniais	CR\$ 1.19.000
Receitas Industriais	" - -
Receitas de Transferências Correntes	CR\$ 1.800.000
Receitas Diversas	CR\$ 37.000
Receitas de Capital	CR\$ 3.818.800
Operações de Créditos	CR\$ 1.500.000
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	CR\$ 100.000
Transferências de Capital	CR\$ 2.218.800
Total	CR\$ 5.880.000

Art. 3º - A Despesa será realizada na forma dos quadros constantes dos anexos I e II e respectivos quadros, conforme a discriminação seguinte:

I - Despesa por órgão de governo e de administração	
00. Câmara Municipal	CR\$ 74.000
Prefeitura	CR\$ 5.806.000
01. Secretaria Geral	CR\$ 988.000
02. Departamento de Finanças	CR\$ 120.000
03. Departamento Municipal de Estrada e Rodagens	504.000
04. Departamento de Educação	CR\$ 445.000
05. Departamento de Saúde	CR\$ 160.000
06. Departamento de Obras e Serviços Urbanos	CR\$ 3.589.000

II - Despesas por Função do Governo

01. Legislativa	CR\$ 74.000
02. Administração e Planejamento	CR\$ 817.000
Agricultura	CR\$ 810.000
Defesa Nacional de Segurança Pública	CR\$ 21.000
08. Educação e Cultura	CR\$ 1.095.000
10. Habitação e Urbanismo	CR\$ 1.881.000
13. Saúde e Saneamento	CR\$ 290.000
15. Assistência e Previdência	CR\$ 334.000

16. Transporte
Total

exa 509.000

exa 5.880.000

Art. 4º - Fica o poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares mediante utilização dos recursos adiante indicados, até o limite correspondente a 50% (cincoenta por cento) do total de despesa fixada nesta lei, com as seguintes finalidades:

I - Atender a insuficiência nas dotações especialmente as relativas a encargos com pessoal, utilizando como recursos o definido no item II do § 1º do Artigo 43 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Atender a programas financiados por receitas em destinação específica, utilizando como recurso o definido no item I, do § 1º combinando com § 3º, ambos do artigo 43 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - Atender a insuficiência nas dotações destinadas a programas prioritários, utilizado como recurso as disponibilidades caracterizadas no item III do § 1º do Artigo 43 da lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar os dispêndios (ou a execução da despesa) ao comportamento efetivo da receita.

Parágrafo Único - Durante a execução do orçamento, fica o Poder Executivo autorizado

85
a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total das receitas, subtraindo-se deste o montante das operações do crédito classificado como receita de Capital.

Art. 6º - O Poder Executivo, no interesse da administração, poderá designar órgãos para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias.

Art. 7º - O orçamento analítico deverá ser aprovado por Decreto Executivo.

Art. 8º - A presente Lei entrará em vigor a 1º de Janeiro de 1978. revogadas as disposições em contrário.

Guadalupe, 15 de Dezembro de 1977.

Bel. Julio César de Carvalho Lima
- Prefeito Municipal -

obto
xote
ao